



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Serviço Social e Assistência Social: Projeto Ético-Político e o conservadorismo

Ana Virginia do Nascimento Moreira¹

Ana Cristina Brito Arcoverde²

Resumo: Este artigo busca analisar as tensões e o confronto teórico entre a teoria social crítica, que fundamenta o Projeto Ético-Político do Serviço Social, e as influências do pensamento burguês na práxis profissional na política de assistência social no Brasil. Busca refletir sobre o cotidiano, imediatez e produção do conhecimento, realizando uma análise da sociedade burguesa e suas repercussões na contemporaneidade. Se discutem as relações entre ideologia burguesa, com ênfase nas concepções de risco e vulnerabilidade, e as inflexões na práxis do Serviço Social. A pesquisa é de caráter bibliográfico e documental. Parte-se da premissa de que as concepções de risco e vulnerabilidade social atuam no fetiche da realidade, levando a análises que não superam o âmbito da pseudoconcreticidade.

Palavras-chave: práxis; política de assistência social; conservadorismo; serviço social.

Social Work and Social Assistance: Ethical-Political Project and Conservatism

Abstract: This article seeks to analyze the tensions and theoretical confrontation between critical social theory, which underpins the Ethical-Political Project of Social Work, and the influences of bourgeois thought on professional praxis within social assistance policy in Brazil. It reflects on everyday life, immediacy, and the production of knowledge, conducting an analysis of bourgeois society and its contemporary repercussions. It discusses the relationships between bourgeois ideology, emphasizing the conceptions of risk and vulnerability, and their inflections on Social Work praxis. The research is bibliographic and documentary in nature. It starts from the premise that the conceptions of risk and social vulnerability act as a fetishization of reality, leading to analyses that do not surpass the realm of pseudoconcreticity.

Keywords: praxis; social assistance policy; conservatism; social work.

1. Introdução

As reflexões sobre a política de assistência social e o Serviço Social têm se tornado cada vez mais relevantes e necessárias, considerando que, na atualidade, enquanto espaço sócio-ocupacional de principal vínculo do assistente social, essa área emprega 49,79% dos profissionais com vínculos ativos (CFESS, 2024). Somam-se a esse dado os desdobramentos do contexto de ataques aos direitos sociais e o fortalecimento do conservadorismo no Brasil, espaço onde a burguesia dissemina o discurso do

¹ Mestra em Serviço Social e doutoranda no Programa da Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Email: anavnmoreira@gmail.com.

² Doutora em Serviço Social e professora do Departamento de Serviço Social da UFPE. Email: ana.arcoverde@gmail.com.

desequilíbrio gerado pelas políticas sociais e a defesa de um Estado mínimo, reforçando a ideia de que as questões relativas às desigualdades sociais devem buscar resolutividade no mercado, por meio do esforço individual.

Considerando a funcionalidade do Estado na sociabilidade capitalista, entre realizar a mediação das relações sociais de produção e reprodução social e aplacar seu poder destruidor, enquanto apresenta respostas às reivindicações populares, através das políticas sociais, na ótica neoliberal, dado o seu elevado poder de devastação, o Estado tende a se reinventar em favor de salvaguardar a ordem vigente.

Diante desse contexto, houve um desmonte generalizado dos parâmetros da Constituição Federal de 1988, o que afetou intensamente o alcance da atuação das políticas sociais, embasadas nos princípios da universalidade e cidadania. Observa-se um cenário de constantes ataques contra a Seguridade Social, mudando e descaracterizando-a tanto no âmbito regulatório e jurídico-político quanto no operacional.

As mudanças em curso na sociabilidade burguesa afetam o exercício da profissão e a formação profissional. A respeito do exercício profissional, observa-se que tal cenário incide sobre a população usuária dos serviços sociais, tendo em vista o agravamento das expressões da questão social e os processos de contrarreforma que desmontam os aparelhos do Estado e fragilizam o acesso aos direitos sociais. Incidem ainda o próprio trabalho profissional, através da precarização das suas condições de trabalho e da própria formação, submetida às reformas educacionais impostas pelo Estado burguês. Assim, os processos de precarização do trabalho que afetam não apenas assistentes sociais, mas toda a classe trabalhadora, acarretam no âmbito da profissão o fortalecimento de tendências as ações tecnicistas, rotineiras, reiterativas e fragmentadas (Santos, 2016).

O presente artigo apresenta um recorte analítico das reflexões que fundamentam a pesquisa de doutorado. Objetiva apresentar uma incursão acerca da práxis do Serviço Social na política de assistência social no Brasil, compreendendo o confronto teórico entre a teoria social crítica, que embasa o Projeto Ético-Político profissional e as inflexões do pensamento burguês, presentes em várias esferas da atuação profissional.

2. Cotidiano, imediatividade e produção do conhecimento: uma análise crítica da sociabilidade burguesa

Considerando sua dinamicidade, ao longo da história da humanidade a produção do conhecimento ocupa um lugar central no sentido de fundamentar o processo de reprodução social da sociedade. Nesse sentido, Kopnin (1978) reflete os caminhos que esse processo pode tomar, quando relacionado a projetos societários, seja no sentido do desenvolvimento e emancipação do ser humano, seja no sentido de fomentar as engrenagens do processo de dominação de classes sociais.

Fato é que o conhecimento não restringe-se a as esferas científicas, ele está presente no cotidiano, onde na passagem para o âmbito científico se demonstra uma mudança de conteúdo e forma. Na filosofia marxista, a relação entre conhecimento e realidade social se dá no sentido de captar sua essência mediante a perspectiva da totalidade e, em seu caminho de volta, se converter em preceitos a serem utilizados pela classe trabalhadora.

Resumidamente, a consolidação da teoria do conhecimento acerca da realidade social a partir do materialismo histórico-dialético, adentra na essência do fenômeno no processo de análise da realidade, onde a realidade é expressa na lógica dos conceitos. Nessa perspectiva, os conceitos são representações das coisas reais, sendo a dialética dos conceitos um reflexo consciente do mundo real (Kopnin, 1978).

Diante disso, a filosofia do materialismo dialético consolida-se como doutrina do ser e forma do conhecimento científico do mundo, que possibilita o desenvolvimento das ciências reais, visto que é aqui que se manifesta enquanto método e lógica do conhecimento, a fim de atingir o sentido de resultados objetivos verdadeiros. Conforme Engels (apud Kopin, 1978) é inseparável do histórico, que possibilitou alcançar a explicação da consciência dos homens a partir do seu ser, sendo a ciência das leis mais gerais de todo movimento.

Considerando essa relação entre o ser e a realidade concreta, Adolfo Vázquez analisa a concepção da práxis enquanto conceito filosófico marxista, que reflete a atividade material do homem ao transformar o mundo material e social. Porém, o autor ressalta que a práxis não deve ser compreendida como uma prática diminuída a uma lógica utilitarista da atividade desenvolvida, uma vez que “a práxis é a categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação” (Vázquez, 1977, p. 5).

A práxis é tida como fundamento do conhecimento, onde esse conhecimento possibilita apreender sobre os objetos presentes na relação entre o homem, o mundo e a natureza, estabelecida a partir da atividade prática humana. Nessa relação, têm-se os objetos humanizados que são produtos da ação e objeto do conhecimento. Logo, a práxis é o fundamento do mundo em desenvolvimento, do mundo real, e proporciona à ciência e ao conhecimento sua finalidade e objeto de análise.

Assim, a práxis possui como verdadeiro sentido, enquanto atividade real e objetiva, a ideia de que o ser social através da práxis estabelece-se enquanto prático, onde a consciência é elevada para além do senso comum. Nessa perspectiva, o alcance da consciência através da práxis demonstra que, no campo do conhecimento, a essência da práxis não se manifesta de forma direta e imediata no aparente e cotidiano. Através dessa superação da consciência comum é que se alcança-se o ponto de vista objetivo e científico a respeito das atividades práticas desenvolvidas pelo homem, unindo conscientemente o pensamento e a ação.

Segundo Netto (2012) e Carvalho (2012), a vida cotidiana é percebida através de diferentes nuances, entre o estabelecimento de ações rotineiras (coletivas ou privadas), até a formação de um mundo de alienação, de existência social heterogêneo/homogêneo, fragmentário/hierárquico, mas que pode avançar para um espaço de resistência e possibilidades transformadoras. Esse movimento, a princípio imediato, quando alcançado seus níveis de profundidade eleva os homens dessa cotidianidade, onde os mesmos retornam à ela de forma modificada.

Reside nesse cotidiano a ação natural que coexiste com a ação filosófica, desenvolvida em um movimento histórico, sendo, por esse motivo, necessária como ponto de partida para alcançar a concepção filosófica de práxis. Segundo Carvalho (2012, p. 25), “a vida cotidiana é heterogênea e também hierárquica. Isto é, a vida cotidiana é caracterizada por um conjunto de ações e relações heterogêneas que contêm em seu bojo uma certa hierarquia”.

Nessa ação imediata e cotidiana, o ser não necessita ou busca sentido para suas ações, ele apenas age de forma natural, estabelecendo uma relação direta e imediata com o mundo, o que não favorece o estabelecimento de um plano teórico, visando a superação desse espaço imediato da vida cotidiana. Vázquez (1977) afirma que a coexistência entre a práxis e a consciência comum deve ser superada para possibilitar o

alcance da práxis humana revolucionária, que transformaria criadoramente a realidade.

Para pensar as repercussões desse movimento na sociedade burguesa de classes, a classe dominante utiliza-se de estratégias para conter o avanço da consciência da práxis e manter-se no poder. Em um ato estritamente necessário ao capitalismo, essas estratégias buscam o esvaziamento da consciência política através da despolitização em massa, como forma de garantir a ordem social vigente. Assim, ao adotarem o apolitismo, as classes oprimidas e exploradas se afastam da participação consciente das tomadas de decisão, o que confere mais poder à classe dominante. Seria o politicismo prático e apolitismo partes integrantes da ideologia burguesa, para barrar a práxis revolucionária. O homem imerso na ação de atender suas necessidades na esfera da cotidianidade, não alcança a verdadeira consciência da práxis que possibilitaria superar os limites da sua atividade prática, como o trabalho, em sua dimensão social e do conhecimento.

Foi pensando em analisar esse mundo prático, objetivo, da reprodução e do automatismo, que Kosik (1976) elaborou a categoria *pseudoconcreticidade*, a partir do estudo sobre o cotidiano e imediatricidade, enquanto expressão objetiva da reprodução da sociedade. Nesse sentido, o fenômeno tem expressão no mundo da imediatricidade, porém, a realidade não se apresenta imediatamente, mas através da representação e do conceito. Assim, para alcançar a essência desse fenômeno, existem momentos de suspensão do real mediado por elementos históricos, que possibilitam acessar a consciência e ultrapassar o cotidiano.

Segundo Kosik (1976), a “coisa em si” não se manifesta de forma imediata, para alcançá-la é necessário realizar um movimento de conhecimento da realidade. Considerando isso, o pensamento dialético distingue entre representação e conceito, enquanto formas e graus de conhecimento da realidade, relacionadas à práxis humana. Na imediatricidade, o homem age de forma objetiva e prática no exercício do trabalho e nas relações sociais estabelecidas, em busca de sanar suas necessidades imediatas. Nesse movimento, o homem não examina criticamente essa realidade, que se apresenta como campo em que se exercita uma atividade prática imediata e intuitiva.

Nessa perspectiva, os fenômenos presentes no ambiente cotidiano da vida humana, que com a sua regularidade e imediatismo conseguem adentrar na consciência dos indivíduos sendo compreendidos como fatos independentes e naturais, formam o mundo da pseudoconcreticidade. Esta seria composta por, além dos fenômenos externos

presentes nas camadas superficiais da essência, uma *práxis fetichizada* dos homens pelas representações comuns e externas à consciência e os objetos fixados tidos como condições naturais.

Na sociedade burguesa, a forma como o mundo se manifesta ao homem se dá através de uma *práxis fetichizada*, que não apresenta o mundo real, mas o mundo da aparência. Assim, no âmbito da produção do conhecimento, a vida cotidiana configura-se como fonte de estudo e investigação tanto para intelectuais, quanto para o próprio Estado e as forças produtivas, buscando identificar as melhores formas de controlá-la para alcançar sua finalidade, mantendo seu domínio. Considerando as relações sociais de dominação estabelecidas na sociedade capitalista, o Estado moderno gere o cotidiano, principalmente através de regulamentos, legislações, intervenções, fiscalizações, instituição de aparelhos estatais e de justiça, entre outros mecanismos (Carvalho, 2012).

É neste cotidiano que ocorre o processo de acumulação capitalista e suas variadas nuances. Aqui, na sociedade burguesa são introduzidos mecanismos ideológicos de controle e, ainda, de perpetuação da lógica da troca, a partir da criação de necessidades coletivas e individuais, chegando ao nível da manipulação da vida dos indivíduos. Um exemplo de vetor dessas ideias é a própria classe média, vista como ponto de apoio e mediação da dominação exercida pelo Estado e burguesia, sendo um veículo de propagação de ideias e homogeneização do modo de vida cotidiano (reforço ideológico e alienante).

3. Ideologia dominante e Serviço Social: inflexões sobre a práxis na assistência social

Nessa direção, Carvalho (2012) aponta que a teoria social crítica de Marx, no qual o Serviço Social se apropria em seu Projeto Ético-Político para direcionar a sua forma de analisar e intervir no real, parte de uma visão dialética da totalidade social. Na sociedade burguesa, a reificação e fetichização das relações sociais entre os indivíduos conformam a base da vida cotidiana, só sendo possível uma suspensão desse cotidiano através do trabalho criador, da arte e da ciência. Assim, a ruptura com a *práxis fetichizada* ocorreria através da *práxis revolucionária*, enquanto ação emancipadora da sociedade.

Conforme visto, algumas das problemáticas presentes no cotidiano e que são postas ao Serviço Social, apresentam-se nas legislações sociais introduzidas pelo Estado. Essas legislações são elaboradas baseadas em orientações ideológicas burguesas, como

forma de gerir as classes subalternas. Assim, algumas concepções são introduzidas, como meras representações do mundo aparente, onde há o exercício da práxis utilitária, encobrindo suas determinações e historicidade. São exemplo dessas representações, as concepções de risco e vulnerabilidade social, que figuram sua existência teórica ao âmbito da pseudoconcreticidade.

De acordo com Moreira (2020), as concepções de risco e vulnerabilidade social ocupam um lugar central na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), porém há a falta de debate conceitual sobre os seus significados e conteúdo. Ambas concepções são utilizadas no documento para explicar a realidade social dos usuários da política, porém, eles ainda carregam significados das suas matrizes de origem, não alcançando a finalidade do conceito de explicar a realidade em sua essência, uma vez que foram pensados em um contexto diferente da realidade brasileira. Sendo assim, ambos recaem no âmbito da representação, tendo em vista que não avançam na superação da imediatez ao buscarem explicar a realidade social brasileira. Nesse sentido, é necessário resgatar os elementos estruturantes da sociedade capitalista brasileira, desvendando suas particularidades e o direcionamento ideológico dominante que influencia a utilização dessas concepções pela política de assistência social.

Moreira (2020) chama a atenção para o posicionamento da burguesia nacional brasileira, diante do quadro em curso do capitalismo mundial, em sua defesa intransigente do processo de internacionalização da economia e da adoção de ideologias provenientes de pensadores burgueses dos países de capitalismo central. Além disso, nesse contexto de empobrecimento da classe trabalhadora, observa-se um novo perfil de usuários e novas demandas alvos da política de assistência social no Brasil.

Observa-se que as estratégias de abordagem nas expressões da questão social localizam-se no âmbito da ordem burguesa, sem interferir no seu ordenamento. Organismos internacionais como o Banco Mundial, socializam a necessidade do enfrentamento à pobreza através da transformação econômica, uma vez que, seria esse um interesse próprio do capital (Branco, 2008).

Por possibilitar a mediação da relação entre Estado e das classes subalternas, a política de assistência social estaria em uma posição central no atendimento dos usuários considerados em situação de pobreza extrema, pois através dela o Estado brasileiro encontra formas de estabelecer medidas dentro dessa lógica. Silveira Júnior

(2016), afirma que esta política concede um espaço aberto para disseminação das ideologias burguesas, uma vez que pode ser vista como intermediadora de relações sociais concretas e determinadas.

A política de assistência social brasileira não contém *conceitos*, no sentido da lógica do materialismo histórico-dialético, que expressem o movimento do real e a essência do fenômeno, sendo esse um dos principais motivos para o não alcance das suas ações nas raízes históricas e estruturais das expressões da questão social. Em sua teorização sobre as demandas que serão alvo de sua intervenção, a política não apresenta conceitos, mas *representações* do pauperismo e da pobreza.

Embora seja fruto de um contexto de luta pela democratização, a política de assistência social³ entre princípios e planos de intervenção, contraditoriamente apresenta uma proposta de abordagem da pobreza de forma segmentada, corroborando com concepções presentes nos documentos dos organismos multilaterais e teóricos como Amartya Sen. De acordo com Moreira (2020), entre as tendências da assistência social na contemporaneidade encontram-se o surgimento de categorias e concepções explicativas de fenômenos sociais expressos no cotidiano, que inviabilizam a análise crítica da realidade social, considerando o seu viés ideológico.

Em vista disso, as concepções de risco e vulnerabilidade social⁴ são utilizados na composição ideológica da PNAS/2004 para expressar e caracterizar a realidade social vivenciada por seus usuários, norteados as ações da política e a intervenção dos profissionais que a operacionalizam. Observa-se que há uma estreita correlação entre as concepções e o debate da pobreza, porém, se problematiza a ausência de definição de diferenciação clara entre ambas as concepções e, além disso, se ambos não estariam situados como representações de fenômenos sociais, apontando elementos superficiais e imediatos a respeito das problemáticas dos usuários, carregando em si alienação no lugar de consciência. Na verdade, as concepções de risco e vulnerabilidade social não abarcam a totalidade do real, uma vez que são insuficientes no alcance da essência dos fenômenos que buscam explicar. Enquanto elemento teórico para refletir a realidade social, eles impossibilitaram a decomposição do todo na práxis para atingir a

³ Instituída em 2004, a PNAS entra em vigor 11 anos após a homologação da LOAS/1993 e 16 anos após a Constituição Federal de 1988.

⁴ Para uma maior apropriação acerca dos fundamentos das concepções de risco e vulnerabilidade, ler Moreira (2020).

essência, onde a prática resultante é uma práxis fetichizada.

Nesse sentido, observa-se a fragilidade da utilização de ambas concepções enquanto teorias explicativas da realidade social permanecendo no plano da representação, pois se baseiam em matrizes teóricas que se contrapõem ao materialismo histórico-dialético, cujo pensamento busca apropriar-se do objeto de análise de forma profunda, considerando sua historicidade e multiplicidade.

Além da ausência de clareza quanto aos seus significados na PNAS/2004, é evidente suas limitações teóricas e o viés ideológico. As concepções foram pensadas a partir da análise de particularidades distintas, sendo necessário um trato teórico a partir do estudo da formação sócio-histórica brasileira e da realidade social em curso, o que possibilitaria compreender as nuances dos fenômenos sociais que afligem os usuários da política. Acresce que, em sua origem, as concepções não caminham no sentido de captar e desvelar a essência no processo de análise da realidade e, por isso, não representam conscientemente a mesma, sendo fonte de disseminação de premissas ideológicas que favorecem as estratégias de dominação da sociedade burguesa.

Outrossim, diante do cenário conservador que vem afetando as instituições públicas e os direitos sociais, as fortes consequências geradas neste processo sobre a sociedade podem recair sobre a atuação profissional de assistentes sociais. Além das interferências do cenário conservador, a dificuldade enfrentada em decompor a totalidade para apreender o real implicaria na reprodução acrítica das concepções de risco e vulnerabilidade social, onde ao operar sem o devido entendimento dos elementos históricos e estruturantes que compõem a verdade objetiva por trás do fenômenos sociais, as noções de risco e vulnerabilidade são meramente reproduzidas.

Imersos no cotidiano enquanto espaço de intervenção e investigação (práxis) do Serviço Social junto aos grupos submetidos aos processos de exploração e alienação, a vida cotidiana em suas múltiplas dimensões centraliza-se como questão fundamental, pois “é nela que se consolidam, se perpetuam ou se transformam, no mundo moderno, as condições de vida mais amplas. E é nela e sobre ela que realizamos nossa prática” (Netto e Carvalho, 2012, p. 51). Mediante esse cenário, o conservadorismo adere a novos elementos ideológicos, que se configuram como desafios para análise do real, além de que são “[...] decisivas as tendências conservadoras da política institucional do Estado brasileiro, com as quais se relacionam mais diretamente as entidades representativas da

categoria” (Souza, 2020, p. 37).

Assim, essas condições favorecem o avanço da perspectiva neoconservadora e, de acordo com Sant’Ana e Silva (2024), o Serviço Social é profundamente impactado por esse quadro social e político, tendo em vista que a questão social, enquanto alvo da intervenção profissional, passa por um profundo agravamento e, além disso, cotidianamente as políticas sociais tornam-se alvos desse projeto devastador, especialmente da assistência social.

As orientações ideológicas ocasionadas por essas concepções presentes na PNAS/2004, a partir do momento em que ganham corpo na realidade através da atividade prática, acabam por colidir com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, devido ao pensamento conservador empenhar-se em solucionar as lacunas do neoliberalismo, impossibilitando que o assistente social na sua práxis rompa com o complexo mundo da pseudoconcreticidade, para atingir o movimento real do objeto. Em vista disso, surge para os assistentes sociais o desafio de conceber uma intervenção teórica, técnica, ética e política sob a ótica da competência crítica, a fim de enfrentar a burocracia e a influência conservadora das instituições empregadoras. Constata-se que o conservadorismo sempre se interpôs à formação e prática profissional, sendo um desafio contínuo a ser superado.

4. Considerações finais

À luz do exposto, as concepções de risco e vulnerabilidade social estão presentes na PNAS/2004 para caracterizar situações que afetam o público alvo desta política. Ao serem utilizadas por assistentes sociais para expressar os fenômenos sociais que são alvo de sua análise e intervenção, essas noções abrem caminho para uma ação reiterativa da política, tendo em vista seus limites e contradições.

Observa-se uma generalização teórica dos significados das concepções, enquanto fenômenos sociais que afligem os usuários da política de assistência social (Moreira, 2020). Aqui, eles operam como breves sinalizações da essência, expressando apenas o mundo dos fenômenos externos presentes no cotidiano, enquanto representações da realidade social, demonstrando que, de acordo com a lógica dialética, a política não alcança de fato a elaboração do conceito na análise do real.

Nesse sentido, aos profissionais do Serviço Social, que operacionalizam a política, observa-se o desafio da intervenção entre a práxis fetichizada, baseada numa prática objetiva a partir de representações imediatas que são formas ideológicas de

tratamento do senso comum; ou manter a visão da totalidade e historicidade, na busca pela superação desta representação, com uma práxis revolucionária.

Posto isto, a utilização teórica dessas noções para explicar a realidade poderá simbolizar uma perigosa ameaça à legitimidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social (e aqui enfatiza-se a matriz hegemônica que rege esse projeto: o materialismo histórico-dialético), recaindo numa atuação utilitarista, que reitera preceitos ideológicos impostos pela classe dominante e se afasta da possibilidade de uma práxis revolucionária.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti **Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente**. In: BOSCHETTI, Ivonete; BEHRING, Elaine Rossetti; LIMA, Rita de Lourdes de. **Marxismo, política social e direitos**. 1.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2018. p. 39-72.

BOSCHETTI, Ivonete. **As tensões entre Assistência Social e trabalho no Estado social capitalista**. In: BOSCHETTI, Ivonete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016. P. 61-108.

BRANCO, Rodrigo Castelo. A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade. **Emancipação**, v. 8, n. 1, 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social. 2005. Política Pública.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social**. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. São Paulo: Cortez, 2012. P. 13-64.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Relatório Final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais – Fase 2: Dados da Pesquisa Facultativa – coletados no período de 2016 a 2019**. Brasília, DF: CFESS, 2024. 128 p.

FORTI, Valeria; CUNHA, Angely; PEQUENO, Lívia. **Serviço Social, Projeto Profissional e Neoconservadorismo: reflexões acerca da formação e do cotidiano profissionais**. In: FORTI, Valeria; MENEZES, Juliana; MENEZES, André (org.). **Neoconservadorismo e serviço social: reflexões, polêmicas e questões atuais**. Fortaleza/CE: Editora UECE, 2025. P. 25-57. *E-book*.

KOPNIN, Pavel Vassilievitch. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Trad. de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (Coleção Perspectivas do Homem).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz E Terra, 1976.

MOREIRA, Ana Virginia do Nascimento. **Os conceitos de risco e vulnerabilidade social na Política Nacional de Assistência Social no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2020.

MOREIRA, Ana Virginia do Nascimento; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Usos dos conceitos de risco e vulnerabilidade social na Política de Assistência Social Brasileira**. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 29, n. 2, p. 1010–1025, 2025. DOI: 10.18764/2178-2865.v29n2.2025.55. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/26671>.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Editora Paz E Terra, 1977.

NETTO, José Paulo. **Razão, práxis e ontologia**. Revista Serviço Social & Sociedade. Ano 15, n. 14. São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, José Paulo. **Para a crítica da vida cotidiana**. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Cotidiano: Conhecimento e Crítica. São Paulo: Cortez, 2012. P. 64-93.

SANT'ANA, Raquel Santos; SILVA, Maria Liduína de Oliveira E. **A realidade brasileira em tempos de barbárie do capital e os desafios ao Serviço Social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, V. 147, 2024.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. **A assistência social e as ideologias do socialliberalismo: tendências político-pedagógicas para a formação dos trabalhadores do SUAS**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do Conservadorismo**. Recife: Ed. UFPE, 2020.